REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

O IMPACTO DA AVALIAÇÃO ADAPTADA NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÕES DOCENTES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO PARÁ

THE IMPACT OF ADAPTED ASSESSMENT ON THE LEARNING OF STUDENTS WITH DISABILITIES: TEACHERS' PERCEPTIONS IN A PUBLIC SCHOOL IN PARÁ

EL IMPACTO DE LA EVALUACIÓN ADAPTADA EN EL APRENDIZAJE DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD: PERCEPCIONES DOCENTES EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE PARÁ

Dorivam Costa Oliveira
Pedagogo pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci - (UNIASSELVI). Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University - (VCCU), SEMED-Cametá, Brasil.
E-mail: oliveiradorivam15@gmail.com

Fábio Coelho Pinto
Doutor em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University - (VCCU), SEDUC-PA, Brasil.
E-mail: profphabiopinto@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa o impacto da avaliação adaptada na aprendizagem de alunos com deficiência, com base nas percepções de docentes da EMEF Profª Maria Nadir Filgueira Valente, em Cametá-PA. Fundamentado em teorias contemporâneas sobre avaliação e inclusão escolar, o estudo discute os desafios na implementação de práticas avaliativas equitativas, como a falta de formação docente específica, a persistência de modelos tradicionais de avaliação e a escassez de recursos pedagógicos. A avaliação é concebida como processo formativo, mediador e emancipador, capaz de reconhecer as singularidades dos estudantes e promover seu desenvolvimento integral. Os resultados evidenciam que, quando aplicada de maneira intencional e contextualizada, a avaliação adaptada fortalece não apenas os aspectos cognitivos, mas também a autoestima, a autonomia e o engajamento dos alunos. Instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) destacam-se como ferramentas eficazes na personalização dos percursos avaliativos. Conclui-se que a consolidação de uma cultura escolar inclusiva depende do compromisso institucional com práticas avaliativas humanizadas, da formação continuada dos docentes e da valorização da diversidade como princípio pedagógico.

Palavras-chave: Avaliação adaptada; Inclusão escolar; Deficiência; Práticas pedagógicas;

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

Educação inclusiva.

Abstract

This article analyzes the impact of adapted assessment on the learning of students with disabilities, based on the perceptions of teachers from EMEF Prof. Maria Nadir Filgueira Valente, in Cametá-PA. Grounded in contemporary theories on assessment and school inclusion, the study discusses the challenges in implementing equitable assessment practices, such as the lack of specific teacher training, the persistence of traditional evaluation models, and the scarcity of pedagogical resources. Assessment is conceived as a formative, mediating, and emancipatory process, capable of recognizing students' uniqueness and promoting their holistic development. The results show that, when applied intentionally and contextually, adapted assessment strengthens not only cognitive aspects but also students' self-esteem, autonomy, and engagement. Instruments such as the Individual Development Plan (IDP) stand out as effective tools for personalizing assessment paths. It is concluded that the consolidation of an inclusive school culture depends on institutional commitment to humanized assessment practices, continuous teacher training, and the appreciation of diversity as a pedagogical principle.

Keywords: Adapted assessment; School inclusion; Disability; Pedagogical practices; Inclusive education.

Resumen

Este artículo analiza el impacto de la evaluación adaptada en el aprendizaje de estudiantes con discapacidad, a partir de las percepciones de docentes de la EMEF Profª Maria Nadir Filgueira Valente, en Cametá-PA. Basado en teorías contemporáneas sobre evaluación e inclusión escolar, el estudio discute los desafíos en la implementación de prácticas evaluativas equitativas, como la falta de formación docente específica, la persistencia de modelos tradicionales de evaluación y la escasez de recursos pedagógicos. La evaluación se concibe como un proceso formativo, mediador y emancipador, capaz de reconocer las singularidades de los estudiantes y promover su desarrollo integral. Los resultados evidencian que, cuando se aplica de manera intencional y contextualizada, la evaluación adaptada fortalece no solo los aspectos cognitivos, sino también la autoestima, la autonomía y el compromiso de los alumnos. Instrumentos como el Plan de Desarrollo Individual (PDI) se destacan como herramientas eficaces para la personalización de los procesos evaluativos. Se concluye que la consolidación de una cultura escolar inclusiva depende del compromiso institucional con prácticas evaluativas humanizadas, de la formación continua del profesorado y de la valoración de la diversidad como principio pedagógico.

Palabras clave: Evaluación adaptada; Inclusión escolar; Discapacidad; Prácticas pedagógicas;

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

1. Introdução

Apesar das políticas de inclusão e das legislações que garantem o acesso de alunos com deficiência às escolas regulares, observa-se que a avaliação adaptada — elemento essencial para assegurar a efetiva aprendizagem desses estudantes — ainda enfrenta desafios em sua aplicação. A falta de preparo dos docentes, a persistência de práticas avaliativas padronizadas e a escassez de recursos pedagógicos adequados impactam diretamente o processo de aprendizagem, comprometendo a inclusão real e o desenvolvimento integral no ambiente escolar.

A discussão acerca da avaliação adaptada na aprendizagem de alunos com deficiência é de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo, pois se relaciona diretamente com os princípios da educação inclusiva e com o direito de todos os estudantes à aprendizagem significativa. A avaliação, quando concebida como processo formativo e mediador, constitui-se em instrumento essencial para identificar potencialidades, dificuldades e estratégias pedagógicas capazes de promover o desenvolvimento integral do aluno, respeitando suas singularidades.

No entanto, ainda é perceptível, em muitas escolas, a prevalência de modelos avaliativos tradicionais, centrados na mensuração de resultados e na padronização de desempenhos. Essa lógica excludente tende a invisibilizar as especificidades dos estudantes com deficiência, contribuindo para a reprodução de desigualdades educacionais e para a limitação de suas oportunidades de aprendizagem. Dessa forma, refletir sobre a avaliação adaptada significa não apenas repensar práticas avaliativas, mas também questionar concepções de ensino, aprendizagem e inclusão que sustentam o fazer pedagógico.

Diante desse cenário, emergem questões fundamentais: como esses desafios influenciam o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência? De que forma a avaliação adaptada pode contribuir para uma inclusão efetiva e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

para a transformação do ensino na escola? Essas questões orientam a reflexão sobre as práticas avaliativas inclusivas.

A relevância deste tema também se evidencia diante das políticas públicas e legislações vigentes, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que reforçam o dever das instituições escolares de garantir condições de acesso, permanência e sucesso escolar para todos. Nesse sentido, investigar o impacto da avaliação adaptada contribui para a efetivação de tais políticas, ao evidenciar práticas que favorecem a aprendizagem e a participação de alunos com deficiência no ensino regular.

Além disso, compreender as percepções docentes sobre o tema permite identificar lacunas na formação inicial e continuada dos professores, bem como as necessidades de suporte pedagógico e institucional para o desenvolvimento de práticas avaliativas mais humanizadas. Assim, este estudo não apenas amplia o debate acadêmico sobre a avaliação inclusiva, mas também oferece subsídios concretos para a transformação das práticas escolares e para o fortalecimento de uma cultura educacional comprometida com a equidade, a justiça social e a valorização da diversidade.

2. Revisão da Literatura

A avaliação da aprendizagem constitui uma prática intrínseca ao processo educativo e uma das temáticas mais complexas e recorrentes na docência. Perguntas como de que forma avaliar, o que avaliar e com qual propósito permanecem atuais, pois a avaliação representa não apenas um meio de mensurar resultados, mas de compreender o que e como os estudantes aprendem.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

No entanto, o contexto institucional ainda reflete modelos avaliativos tradicionais, marcados por escalas numéricas, provas padronizadas e instrumentos uniformes centrados na linguagem escrita. Nesses modelos, os produtos (trabalhos, testes e provas), tornam-se os principais indicadores para atribuição de notas e classificação. Aqueles que não atingem o desempenho esperado são submetidos à repetência, perpetuando uma lógica meritocrática e excludente.

Distante de abordagens simplistas, este estudo busca refletir sobre práticas avaliativas direcionadas a estudantes com deficiência — público que impõe desafios específicos ao trabalho pedagógico e demanda práticas mais equitativas. A avaliação, nessa perspectiva, assume caráter emancipatório e processual, sendo compreendida como prática formativa que visa revisar os procedimentos de ensino e promover aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral do estudante.

Percebe-se, no âmbito escolar, a construção de uma cultura em que a avaliação é vista como fim em si mesma, e não como parte integrante do processo educativo. Essa visão fragiliza o acompanhamento do percurso formativo e compromete a concretização das finalidades essenciais da escola — a aprendizagem efetiva e o pleno desenvolvimento humano. Pacheco (2012) ressalta que é necessário reconhecer o estudante como sujeito de direito à aprendizagem, valorizando a avaliação como etapa indissociável do processo escolar.

O professor, nesse contexto, desempenha papel central como mediador consciente e intencional. Ao observar atentamente como o aluno se envolve nas atividades, o docente aprende sobre as formas de pensamento, as ações e as estratégias cognitivas do estudante, o que lhe permite planejar intervenções mais assertivas. Conforme Hoffmann (2002), o momento de observar, refletir e propor novas situações de ensino constitui o tempo mais qualificado para que a avaliação ocorra como instrumento de mediação e transformação.

Pacheco (2012) reforça que a avaliação deve ser orientada para promover a aprendizagem, e não apenas para classificá-la. Avaliar significa revelar as

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

potencialidades do estudante, situando-se para além da dicotomia entre acerto e erro. Essa concepção se alinha às reflexões de Vigotski (2000), que define a zona de desenvolvimento proximal como o espaço-tempo ideal para que a avaliação atue como instrumento de validação tanto do ensino quanto da aprendizagem. Assim, o erro pode ser interpretado como etapa do processo de desenvolvimento e não como falha definitiva.

A discussão sobre avaliação adaptada envolve também a crítica à estrutura escolar homogênea e padronizada. Oliveira (2018) observa que o movimento inclusivo evidencia a necessidade de romper com práticas avaliativas rígidas, pouco sensíveis às diferenças individuais. Christofari e Baptista (2012) defendem que a avaliação deve abranger o grupo-classe como um todo, evitando diferenciações excludentes. Para esses autores, os critérios avaliativos podem ser comuns, mas as estratégias pedagógicas e os recursos devem ser diferenciados para atender às necessidades específicas.

Nesse sentido, a avaliação deve orientar-se não pelo que o aluno “não sabe”, mas pelo que ele já aprendeu e pode aprender, respeitando um currículo flexível e acessível. Oliveira (2018) reforça que a avaliação da aprendizagem deve servir para identificar as necessidades específicas e os apoios requeridos para garantir o avanço cognitivo e social de cada estudante.

Contudo, a cultura escolar ainda resiste à ideia de mediação, por acreditar que a resposta “autônoma” é o único indicador válido de conhecimento. Pletsch (2010) adverte que essa concepção desconsidera o papel da interação e do apoio pedagógico na construção do pensamento dos estudantes com deficiência.

Por fim, práticas avaliativas restritas, como as realizadas apenas em salas de recursos, podem reforçar estigmas e preconceitos. Jesus e Aguiar (2012) destacam que avaliações baseadas em laudos clínicos ou aplicadas de forma segregada contribuem para a exclusão desses alunos e para a distância entre o discurso inclusivo e a prática escolar efetiva. Assim, repensar a avaliação é condição indispensável para construir uma escola verdadeiramente inclusiva, que reconheça as diferenças e promova a aprendizagem de todos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

3. Metodologia

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto da avaliação adaptada na aprendizagem de alunos com deficiência, a partir das concepções e práticas dos docentes da EMEF Profª Maria Nadir Filgueira Valente, localizada em Cametá-PA. Busca-se compreender as possibilidades e limitações enfrentadas no cotidiano escolar, oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas avaliativas e para a consolidação de um ambiente educacional mais justo, equitativo e inclusivo.

Sendo assim, adotou uma abordagem qualitativa de natureza analítica, voltada à compreensão dos significados atribuídos pelos participantes às suas práticas pedagógicas. Conforme Santos Filho (1997), esse tipo de investigação vai além da simples observação, valorizando a escuta sensível e o reconhecimento das narrativas individuais como elementos fundamentais para compreender a complexidade das realidades escolares.

No tangente aos procedimentos técnicos se caracterizou como pesquisa de campo, na qual os dados foram coletados diretamente da realidade investigada, permitindo uma análise contextualizada e precisa. Segundo Marconi e Lakatos (1996), essa abordagem favorece a definição de objetivos claros e a obtenção de resultados confiáveis. O lócus da pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Maria Nadir Filgueira Valente, situada na Travessa Dom Pedro I, nº 800, Bairro Matinha, Cametá-PA.

Os participantes da pesquisa foram professoras do ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano), selecionadas por meio de amostragem intencional, considerando docentes que atuam diretamente com alunos com deficiência e que possuem experiência no uso de avaliações adaptadas. Foram definidos critérios de inclusão, tais como:

- Experiência mínima de dois anos com ensino inclusivo;
- Disponibilidade para participar da entrevista;
- Consentimento em participar da pesquisa de forma voluntária.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

Esse procedimento assegura que os dados coletados reflitam experiências reais e relevantes para o objeto de estudo.

A pesquisa seguiu rigorosamente princípios éticos, conforme recomendações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e a forma como os dados seriam utilizados. O consentimento informado foi obtido por escrito, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações, bem como o direito de retirada da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo que as professoras compartilhassem suas percepções e experiências de forma aprofundada. As entrevistas abordaram temas como:

- Concepções sobre avaliação adaptada;
- Práticas avaliativas utilizadas;
- Desafios e facilidades encontrados;
- Impacto da avaliação na aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência.

As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e organizadas para posterior análise, garantindo fidelidade às narrativas dos participantes.

A análise dos dados seguiu a **técnica de análise de conteúdo**, conforme Bardin (2011), permitindo identificar **categorias emergentes** e interpretar os significados atribuídos pelos docentes às práticas avaliativas. A análise foi realizada em etapas:

1. Pré-análise: leitura flutuante dos dados para familiarização e delimitação de unidades de análise;
2. Codificação: identificação de temas e categorias relacionadas à avaliação adaptada e à aprendizagem;
3. Tratamento dos resultados: agrupamento das informações por categorias, permitindo uma interpretação aprofundada;
4. Interpretação: reflexão crítica sobre as práticas docentes, relacionando-as com a literatura sobre avaliação inclusiva e aprendizagem.

Para garantir confiabilidade e validade, foram adotadas estratégias como:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

Triangulação de dados: cruzamento de informações provenientes de diferentes docentes; Verificação de consistência: revisão das transcrições e categorias por pares acadêmicos; Transparência metodológica: descrição detalhada de todos os procedimentos de coleta e análise, permitindo replicabilidade do estudo.

4. Resultados e Discussão

A avaliação da aprendizagem constitui prática central no processo educativo, suscitando questionamentos recorrentes entre docentes: Como avaliar? O que avaliar? Qual o propósito da avaliação? Como verificar se cada estudante apreendeu efetivamente os conteúdos? Nesse sentido, a avaliação é entendida como um instrumento que permite compreender tanto o que se aprende quanto as formas de ensinar que favorecem a aprendizagem.

Apesar das transformações educacionais, muitas instituições ainda operam sob modelos avaliativos tradicionais, pautados em: Escalas numéricas e provas padronizadas; Instrumentos uniformizados para todos os discentes, com ênfase na linguagem escrita; Produtos finais (trabalhos, testes, provas) como principais indicadores de desempenho.

Nesse contexto, estudantes que não atingem os índices esperados são submetidos à repetência, reforçando uma estrutura seriada e rígida, pouco sensível às especificidades de cada aluno.

Para além da abordagem classificatória, a avaliação adaptada deve ser compreendida como prática emancipatória, voltada para o desenvolvimento integral do estudante e a promoção de aprendizagens significativas. Pacheco (2012) destaca que uma avaliação de qualidade é aquela capaz de evidenciar aspectos potenciais do estudante que vão além dos objetivos previamente estabelecidos, funcionando como instrumento de mediação e transformação do ensino.

O professor, nesse processo, atua como mediador consciente, observando como o estudante constrói seu pensamento e interage com as propostas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

didáticas, permitindo intervenções pedagógicas assertivas e planejamentos que favoreçam o desenvolvimento cognitivo.

As concepções de Vigotski (2000) sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal reforçam a ideia de que a avaliação deve atuar como ferramenta de validação do ensino e da aprendizagem. O foco exclusivo nos produtos, como provas, é insuficiente, pois os erros podem refletir estágios de desenvolvimento em curso, não falhas definitivas. Dessa forma, a avaliação deve privilegiar o desenvolvimento de funções cognitivas superiores, incluindo linguagem, escrita, cálculo, memória e formação de conceitos.

A avaliação adaptada busca integrar estudantes com deficiência ao grupo-classe, evitando segregações e favorecendo a participação de todos. Christofari e Baptista (2012) ressaltam que critérios avaliativos devem ser similares aos dos demais alunos, enquanto estratégias de ensino, materiais e apoios pedagógicos devem ser diferenciados conforme as necessidades individuais. Oliveira (2018) enfatiza que a flexibilização curricular é essencial para a inclusão efetiva, permitindo que a avaliação se concentre no acréscimo de conhecimento a partir do que o estudante já aprendeu.

Além da avaliação diagnóstica, a prática pedagógica deve incluir monitoramento contínuo do processo de aprendizagem, permitindo ajustes pedagógicos e identificação das necessidades de apoio (Oliveira, 2018). Capellini e Mendes (2008) destacam que a avaliação deve superar a ênfase em notas e rendimento, funcionando como instrumento regulador do ensino e ampliando as possibilidades de desenvolvimento dos alunos com deficiência.

A mediação durante a avaliação é fundamental para organizar o pensamento e a execução das atividades dos estudantes com deficiência (Pletsch, 2010). O suporte docente não deve ser interpretado como interferência, mas como condição necessária para efetivar a aprendizagem (Oliveira e Campos, 2015). Avaliações restritas a salas de recursos podem reforçar estigmas, limitando a participação desses alunos em avaliações de larga escala e perpetuando práticas excludentes (Jesus e Aguiar, 2012).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

4.1 Avaliação Inclusiva: Percepções Docentes sobre Práticas Adaptadas na EMEF Profª Mª Nadir Filgueira Valente

Pelo delineamento do que fora exposto anteriormente, a avaliação inclusiva, ao reconhecer e valorizar as singularidades de cada estudante, representa uma ferramenta pedagógica potente na promoção da equidade educacional. Na EMEF Profª Mª Nadir Filgueira Valente, as práticas avaliativas têm se configurado como dispositivos formativos capazes de transformar os processos de ensino e aprendizagem, sobretudo no que diz respeito à inserção plena de alunos com deficiência no ambiente escolar. A escuta ativa dos docentes revela que, ao adotarem abordagens avaliativas mais sensíveis e flexíveis, torna-se possível identificar e desenvolver as potencialidades de cada criança, respeitando seu tempo, sua trajetória e suas formas de expressão do conhecimento.

Sob esse viés, a avaliação deixa de ser um instrumento meramente classificatório para assumir uma dimensão ética e emancipatória, orientando o planejamento pedagógico e contribuindo para a constituição de uma cultura escolar mais justa e democrática. Os professores da referida instituição apontam que essa mudança de concepção exige posturas comprometidas com o acolhimento, a mediação cuidadosa das aprendizagens e a criação de estratégias diferenciadas, de modo a favorecer a autoestima e o progresso contínuo de todos os alunos, independentemente de suas condições cognitivas, sensoriais ou motoras.

Inspirando-se em Schmitz (2004), compreende-se que o docente que atua com intencionalidade inclusiva precisa reconhecer as múltiplas formas de aprender e de ser no mundo, considerando que as crianças chegam à escola com experiências e habilidades diversas, que devem ser respeitadas e potencializadas. Esse reconhecimento, alicerçado por práticas avaliativas coerentes com os princípios da educação inclusiva, amplia as possibilidades de aprendizagem e promove um ambiente escolar verdadeiramente transformador.

Considerando isto, as professoras, colaboradoras da pesquisa foram questionadas sobre a avaliação inclusiva adaptada para a promoção da autoestima e dos alunos com deficiência. Nas respostas fornecidas observamos que elas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

evidenciam, a partir de suas experiências, que a avaliação inclusiva respeita a individualidade dos alunos, permitindo a potencialização dos aspectos afetivos, motivacionais e cognitivos no processo de ensino-aprendizagem. as respostas desdobram-se ainda em questões secundárias.

Assim, nas falas, notamos notória ênfase à promoção da autonomia e do progresso educacional, expressadas pelas professoras 01 e 06. A Professora 01 (2025), destaca que “esse tipo de avaliação promove uma melhor participação do aluno de forma em que ele venha progredir, avançando e garantindo que os seus objetivos sejam alcançados”. De maneira complementar, a Professora 06 (2025) observa que “os alunos com deficiência que são avaliados com os critérios dentro do nível de cada um, quando avaliados por eles, os deixam mais autônomos, mas cientes de que conseguiram aprender”. A noção de que a avaliação deve ser um instrumento de emancipação e não de exclusão é discutida por Luckesi (2005), que defende uma avaliação formativa, orientada para o crescimento do educando em seu próprio ritmo e dentro de suas possibilidades.

Esta avaliação não deve ser vista apenas como instrumento de comparação, mas sim, olhar cuidadoso para suas dificuldades e particularidades dentro do processo educativo, contribuindo efetivamente para o acompanhamento pleno do desenvolvimento do educando. Dessa forma, o modelo de avaliação proposto deve ser inclusivo, amoroso, dinâmico e construtivo (Luckesi 2005). Diante da afirmação, o autor propõe uma visão mais humanizada e eficaz da avaliação educacional, que reconheça a singularidade de cada aluno, promova a participação ativa dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem e contribua para a formação integral e cidadã dos indivíduos, valorizando a inclusão, o afeto a interação e a construção conjunta do conhecimento entre professores e alunos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a autonomia do aluno com deficiência antes de não é apenas um resultado, mas também um objetivo da avaliação adaptada, conforme enfatiza Mantoan (2006), ao afirmar que a escola inclusiva deve ser organizada de forma a garantir que todos aprendam de maneira significativa, respeitando suas diferenças cognitivas e estilos de aprendizagem. Assim, a avaliação, quando utilizada de forma dialógica e personalizada, torna-se

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

um vetor de construção da autonomia, como evidenciam os relatos das Professoras 01 e 06.

A segunda questão evidenciada pelas entrevistadas diz respeito à valorização das potencialidades individuais e ao fortalecimento da autoestima, acerca do que a Professora 02 (2025), comunicou que “eles se sentem capazes de resolver suas atividades com suas próprias potencialidades”, enquanto a Professora 03 (2025) acrescenta que “a avaliação inclusiva adaptada promove a autoestima e facilita o seu entendimento daquele assunto estudado no decorrer das aulas”. Diante disso, a fala das professoras evidencia um aspecto central da avaliação inclusiva: a valorização das singularidades como caminho para a construção da autoestima e da autonomia do educando.

Nesse sentido, Vygotsky (1991) argumenta que a aprendizagem ocorre de maneira mais eficaz quando respeita o nível de desenvolvimento real do aluno, promovendo avanços dentro da sua zona de desenvolvimento proximal. A aplicação de avaliações adaptadas, como apontado pelas docentes, permite que o aluno vivencie situações de êxito, condição indispensável para o fortalecimento da autoconfiança e da motivação.

Outro aspecto recorrente nas falas das docentes é a segurança emocional e o engajamento escolar, que foi tratada pelas professoras 04 e 05. A Professora 04 (2025), relata que “utilizar uma avaliação adaptada ao aluno pode despertar nele o sentimento de segurança frente aos demais alunos, estimulando o prazer em frequentar as aulas e o seu interesse em continuar os estudos”. Por sua vez, a Professora 05 (2025) afirma que “quando se sentem valorizados e respeitados, os alunos aumentam sua confiança na vontade de aprender ainda mais”.

A segurança emocional e o engajamento escolar, destacados pelas Professoras 04 e 05, podem ser compreendidos à luz da Teoria da Autodeterminação, proposta por Deci e Ryan (1985), que enfatiza a importância da autonomia, da competência e do pertencimento como fatores fundamentais para a motivação intrínseca dos alunos.

A adaptação das avaliações às necessidades dos estudantes respeita suas singularidades, para que estes sintam-se valorizados e emocionalmente seguros, o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

que, por sua vez, potencializa sua disposição para aprender e permanecer no espaço escolar. Além disso, na perspectiva de Vygotsky (1991) o desenvolvimento cognitivo está intrinsecamente ligado às interações sociais e afetivas, sendo a valorização do aluno um fator essencial para a internalização de saberes e para a construção de uma postura ativa diante do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, como afirmam Luckesi (2005), a avaliação, quando concebida sob uma perspectiva inclusiva e formativa, torna-se um instrumento de mediação pedagógica e valorização do sujeito, contribuindo diretamente para o fortalecimento da autoestima e da participação ativa do estudante no contexto escolar. Assim, a escuta atenta às demandas emocionais dos educandos e o respeito às suas particularidades são indispensáveis para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e humanizadora.

Com base nisto, buscou-se investigar de que maneira a avaliação inclusiva pode favorecer o desenvolvimento das competências socioemocionais dos alunos com deficiência, ao considerar aspectos como empatia, autoconfiança, motivação e convivência social. A partir das falas das professoras entrevistadas, destacam-se três categorias analíticas: Sentimento de Pertencimento e Acolhimento Escolar, Valorização da Individualidade e Autoestima e Desenvolvimento da Convivência Social e Habilidades Emocionais.

Quanto ao Sentimento de Pertencimento e Acolhimento Escolar, a Professora 01 (2025) por exemplo mencionou que a avaliação inclusiva "contribui bastante para o desenvolvimento interpessoal", e assim também promove um ambiente acolhedor e inclusivo, aspectos diretamente relacionados à construção de vínculos afetivos e ao sentimento de pertencimento no espaço escolar. Complementando essa perspectiva, a Professora 04 (2025) afirma que a prática avaliativa inclusiva desperta o sentimento de pertencimento nos alunos com deficiência, pois segundo ela "não se evidencia o ranqueamento entre os que tiram maior ou menor nota", permitindo uma valorização equânime entre os estudantes.

Adiante, referindo-se à Valorização da Individualidade e Autoestima, a Professora 02 (2025) reforça que a avaliação inclusiva “faz com que eles se sintam valorizados, lembrados e avaliados pelos professores”, o que se relaciona

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

diretamente à valorização da subjetividade e da individualidade dos estudantes. Nessa mesma linha, a Professora 03 (2025) considera a avaliação como um "instrumento facilitador de interação do aluno com a sua aprendizagem", promovendo um ambiente em que ele se sinta confortável, o que repercute positivamente na autoestima e na segurança emocional.

Correlato ao Desenvolvimento da Convivência Social e Habilidades Emocionais, a Professora 05 (2025) posicionou-se dizendo que a avaliação inclusiva "pode contribuir para um ambiente onde todos os alunos aprendem uns com os outros", promovendo o respeito às diferenças e o desenvolvimento de habilidades de convivência social. E a Professora 06 (2025) acrescenta que as competências socioemocionais são verificadas a partir dos avanços dos alunos, o que indica uma concepção processual e formativa da avaliação, centrada no progresso individual.

Nos argumentos postos pelas entrevistadas, a avaliação inclusiva, ao respeitar os ritmos e singularidades dos alunos com deficiência, cumpre um papel fundamental na promoção das competências socioemocionais, como a empatia, a autoestima, o respeito mútuo e a capacidade de se relacionar com os outros, aspectos amplamente valorizados nas políticas educacionais contemporâneas voltadas à educação integral.

De acordo com Luckesi (1997), a avaliação refere-se a um conjunto de ações orientadas para o estudo sistemático de fenômenos, situações, processos, eventos ou sujeitos, com o propósito de emitir juízos de valor. Trata-se, portanto, de um processo que visa à coleta de informações por meio de instrumentos de verificação, permitindo, a partir desses juízos, a tomada de decisões pedagógicas que favoreçam a aprendizagem.

Sobre a percepção das docentes sobre os impactos da avaliação adaptada no engajamento e na motivação dos alunos com deficiência, pudemos perceber que elas possuem concepções díspares. A exemplo disso, vê-se que a Professora 01 (2025), concebe que o principal impacto se refere ao acesso e Participação Ativados alunos com deficiência: “O impacto é de maneira positiva, pois os mesmos recebem atividades adaptadas de acordo com sua necessidade, sejam elas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

cognitivas, físicas, sensoriais, emocionais ou linguísticas, as quais permitem a eles melhor acesso e participação com mais êxito".

Por outro lado, a Professora 03 (2025), considera que a adaptação na avaliação favorece o sentimento de inclusão, fazendo com que o aluno perceba que é parte do processo educativo. Na sua resposta ela evidenciou que "os impactos são os melhores possíveis, pois o aluno com deficiência sente que ele faz parte do contexto porque compreende o que está acontecendo, mesmo que isso seja de uma forma reduzida."

A professora 03 (2025), mostra que antes de tudo, a avaliação adaptada, ao valorizar o progresso individual e não o acúmulo de conteúdos, contribui significativamente para o engajamento dos alunos. Ela reforça essa perspectiva ao mencionar que: "Os alunos geralmente se sentem mais engajados e motivados quando o seu processo de avaliação é adaptado, não priorizando o acúmulo de conteúdos, mas sim o seu desenvolvimento como um todo." (Professora 04, 2025).

A Professora 04 (2025), por sua vez, aponta para a percepção de desafio, quando adequada ao nível do aluno, também impacta na motivação, para ela é importante que o professor adapte a avaliação "De acordo com o grau de dificuldade nas atividades, eles se sentem desafiados a realizarem suas atividades ou não."

Na concepção da Professora 05 (2025), as avaliações adaptadas, permitem ajustes e valorização dos avanços obtidos. Para ela: "Essa se dá através da verificação diariamente, motivando-o na aprendizagem e a serem mais ativos e confiantes." Já a Professora 06 (2025) completa: "Os impactos da avaliação são verificados bimestralmente e socializados para verificar o que precisa ser melhorado e parabenizar os avanços."

Os impactos concebidos pelas entrevistadas mostram que a avaliação adaptada é um instrumento pedagógico fundamental para mensuração da aprendizagem e para a promoção de um ambiente inclusivo, motivador e que reconhece as singularidades dos alunos com deficiência, mediante o acompanhamento e o realinhamento dos processos, buscando alternativas novas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

ou antigas para adequar o itinerário de ensino, na ótica da aprendizagem significativa.

Segundo Oliveira (2018), os professores podem e devem possibilitar que o estudante seja capaz de valorar por si mesmo como será cumprido ou como cumpriu seus objetivos de aprendizagem. Segundo a autora, o trabalho em torno da avaliação é difícil e promissor porque, na medida em que se consegue realizá-lo, estar-se-á contribuindo para desenvolvimento de formações complexas associadas à criatividade e a autonomia. Todo esse processo, contudo, terá sucesso a partir do tempo do acompanhamento do educador e da capacidade de incidir coerentemente nos processos de seus educandos.

Quanto ao papel da avaliação inclusiva, foi possível identificar a categoria central “Identificação e potencialização de habilidades”, emergente das falas das professoras ao refletirem sobre o papel da avaliação inclusiva. As entrevistas revelam que a avaliação, quando concebida sob uma perspectiva inclusiva, vai além da verificação de conteúdos, assumindo uma função diagnóstica e formativa.

A professora 01 (2025) aponta que essa prática possibilita “respeitar as diferenças, procurando eliminar formas de exclusão, fazendo com que esses alunos sintam-se acolhidos e valorizados”, o que demonstra a importância do reconhecimento das individualidades para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Nesse sentido, a professora 02 (2025) acrescenta que, por meio das atividades avaliativas, é possível “diagnosticar as habilidades desenvolvidas pelos alunos, os avanços progressivos que cada um apresenta ao longo do tempo”, o que evidencia o caráter processual da avaliação. Já a professora 03 (2025) ressalta que é durante o desenvolvimento das atividades e na interação cotidiana que se tornam perceptíveis “a potencialidade e os talentos dos alunos com deficiência”, o que reforça a necessidade de uma escuta sensível por parte do docente.

A professora 04 (2025) complementa essa visão ao afirmar que, ao deslocar o foco da quantidade de conteúdo para as competências específicas de cada estudante, “a avaliação acaba por estimular a identificação de talentos, seja no campo artístico ou intelectual”.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

As falas das professoras 05 e 06 convergem ao destacar o papel motivador da avaliação inclusiva: enquanto a primeira defende que ela promove “sentimento de pertencimento e aceitação no ambiente escolar, incentivando-os a desenvolver seus talentos e habilidades” (Professora 05, 2025), a segunda reforça que, ao observar os critérios de desenvolvimento individual, o processo avaliativo “motiva a mostrar essas habilidades” (Professora 06, 2025).

Dessa forma, as entrevistas evidenciam que a avaliação inclusiva, ao reconhecer os percursos e avanços dos alunos com deficiência, torna-se uma ferramenta estratégica para a valorização das suas capacidades e para a construção de uma educação mais equitativa.

No que se refere a percepção das docentes sobre as formas pelas quais a avaliação inclusiva promove a equidade e o acesso ao currículo escolar para alunos com deficiência, a fala da Professora 02 (2025) evidencia a centralidade da avaliação inclusiva como ferramenta para garantir o direito de todos ao currículo escolar, respeitando as especificidades individuais e promovendo a aprendizagem significativa.

Para ela “Torna possível que todos tenham direito ao currículo, a desenvolver as competências e habilidades, levando em conta as especificidades de cada um a fim de promover um aprendizado significativo.” (Professora 02, 2025). Assim, a adaptação dos instrumentos avaliativos constituiu uma estratégia fundamental no âmbito da avaliação formal, sendo desenvolvida de forma processual, à medida que se buscava promover maior autonomia aos estudantes.

De modo complementar, a Professora 04 (2025), reforça a importância da equidade nos processos avaliativos, enfatizando o compartilhamento de saberes entre alunos com e sem deficiência:

> A avaliação inclusiva permite que todos os alunos tenham acesso aos mesmos conteúdos, porém avaliados de forma diferenciada. Tal estratégia permite que os alunos PCD não fiquem de fora do compartilhamento dos conhecimentos com os demais alunos da sala e da série, promovendo a equidade e a democratização do acesso ao saber.

Ambas as falas sustentam a categoria de análise que relaciona avaliação inclusiva e democratização do ensino, ao garantir a permanência e o

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

desenvolvimento cognitivo dos estudantes por meio de práticas justas, equânimes e não excludentes.

Paralelamente, a flexibilização do tempo destinado à realização das avaliações tem se mostrado uma medida eficaz, seja por meio da ampliação do tempo no mesmo dia, seja pela diluição da atividade avaliativa ao longo de vários dias, respeitando o ritmo de aprendizagem dos alunos.

No tocante às adaptações e individualização do Processo Avaliativo, a Professora 01 pontua que a promoção da equidade se inicia com a garantia da participação ativa dos alunos com deficiência no processo educativo. Para ela “Essa promoção é feita a partir do momento em que esse aluno passa a ter sua participação garantida no processo de ensino e aprendizado, tendo suporte para o desenvolvimento de suas atividades” (Professora 01, 2025).

A Professora 03 (2025), traz novamente para o debate, o conceito de Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento técnico-pedagógico que viabiliza a personalização do ensino e da avaliação, pois para ela "Através do plano educacional individualizado o qual promove a educação adequada à especificidade do educando com deficiência".

No desenvolvimento das práticas de ensino e de avaliação, a contemplação das subjetividades dos alunos pode ser materializada por meio do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), uma ferramenta fundamental para promover educação inclusiva dos alunos com deficiências na instituição. Acerca disso, cabe ressaltar que conforme apresentado no *corpus* teórico deste trabalho, o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que reconhece essa singularidade, garantindo uma abordagem educacional centrada no aluno, personalizada de acordo com suas necessidades, habilidades e interesses (Odom et al., 2003).

Em outras palavras, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), educadores e outros profissionais podem estabelecer objetivos claros e mensuráveis para o aluno. Esses objetivos são definidos com base em avaliações abrangentes e contínuas do desempenho e progresso do aluno, possibilitando um foco direcionado nas áreas de maior necessidade.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

Assim, o PDI não se limita a ser apenas um documento de metas educacionais, mas também um plano de ação para promover a independência e autonomia do aluno. Ao abordar habilidades de vida diária, socialização e autoavaliação, o PDI facilita a integração bem-sucedida do aluno não apenas na escola, mas também na comunidade e sociedade como um todo (Smith, 2008).

Além disso, por meio do PDI, é possível traçar os caminhos para o estabelecimento do processo de alfabetização e letramento de alunos com qualquer tipo de deficiência, permitindo que o professor selecione as melhores práticas e estratégias para o desenvolvimento de suas aulas.

A Professora 05 (2025) destaca o princípio da flexibilização metodológica como condição para garantir que os alunos com deficiência participem das mesmas atividades dos colegas, mas com adequações necessárias “A avaliação inclusiva acontece de acordo com as necessidades de cada aluno com deficiência, avaliando-os de forma adaptada, não ficando de fora das tarefas com outros alunos”.

Por fim, a Professora 06 (2025), acrescenta a ideia de que a avaliação inclusiva também deve funcionar como um processo contínuo de reflexão sobre a eficácia das estratégias pedagógicas empregadas “A avaliação inclusiva promove reflexão do que foi assimilado e o que é possível ser avançado, melhorado ou que precisam ser verificado outras metodologias de ensino".

Ao analisarmos as respostas, sobre a avaliação inclusiva como processo flexível, centrado no aluno, que reconhece as diferenças como ponto de partida para a construção de aprendizagens significativas. Essa perspectiva amplia a compreensão da avaliação para além da mensuração de resultados, concebendo-a como ferramenta para o aprimoramento constante do ensino, em consonância com os princípios de uma educação inclusiva e de qualidade.

5. Conclusão

A análise das perspectivas docentes na EMEF Profª Mª Nadir Filgueira

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

Valente evidencia que a avaliação inclusiva adaptada é um elemento essencial para consolidar uma educação mais justa e equitativa. Ao reconhecer as singularidades dos alunos com deficiência, essa prática não apenas aprimora os processos de ensino e aprendizagem, como também reafirma o compromisso com uma pedagogia sensível às diversidades.

Por meio de estratégias avaliativas flexíveis, formativas e intencionalmente acolhedoras, os professores demonstram capacidade para identificar e valorizar as potencialidades de cada estudante. O respeito aos diferentes ritmos, estilos de aprendizagem e formas de expressão contribui para fortalecer não apenas os aspectos cognitivos, mas também a autoestima, a autonomia e o engajamento escolar, elementos fundamentais para uma aprendizagem significativa.

Os relatos docentes indicam que a avaliação inclusiva vai além da simples mensuração ou classificação. Ela assume uma dimensão ética e emancipadora, tornando-se instrumento de mediação pedagógica comprometido com o desenvolvimento integral dos estudantes. Ao acolher as necessidades específicas de cada educando, a escola constrói um ambiente mais democrático, onde o sentimento de pertencimento, a segurança emocional e a motivação ganham espaço como pilares do processo educativo.

O papel de instrumentos pedagógicos, como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), é igualmente destacado. Eles possibilitam a personalização do percurso avaliativo, oferecendo suporte contínuo e alinhado às demandas de cada aluno. A articulação entre flexibilização metodológica e reflexão constante sobre as práticas pedagógicas surge como condição indispensável para garantir a participação ativa, crítica e progressiva desses estudantes na vida escolar.

Nesse contexto, a avaliação adaptada emerge como ferramenta estratégica para promover não apenas o acesso equitativo ao currículo, mas também o desenvolvimento das competências socioemocionais e a consolidação de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva e humanizadora. Para que essa prática se efetive plenamente, é imprescindível que as instituições de ensino assumam um compromisso ético e político com a formação continuada dos docentes, a provisão de recursos adequados e a construção de práticas avaliativas que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

dialoguem com a diversidade humana.

Assim, a escola pode se constituir como um espaço transformador, no qual cada sujeito tem seu potencial reconhecido e valorizado. A inclusão, nesse cenário, deixa de se restringir ao acesso físico ou formal, tornando-se uma prática cotidiana que enriquece as aprendizagens e fortalece a experiência escolar de todos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G.; HAYASHI, M. C. P. I. (orgs.). Temas em Educação Especial: múltiplos olhares. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008. p. 104–112.

CHRISTOFARI, A. C.; BAPTISTA, C. R. (2012). Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar. Revista Educação Especial, Porto Alegre, v. 25, n. 44, p. 383–398. DOI: 10.5902/1984686X6533.

Deci, E. L. & Ryan, R. M. (1985). Intrinsic motivation and self-determination in human behavior. New York: Plenum. [Links]

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 (30ª ed.).

HOFFMANN. Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

HOFFMANN. Jussara. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2014.

JESUS, Denise Meyrelles de; AGUIAR, Ana Marta Bianchi de. O calcanhar de Aquiles: do mito grego ao desafio cotidiano da avaliação inicial nas salas de recursos multifuncionais. Rev.educ.espec. Vol.25, Nº44. Ano 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez 2005.

LUCKESI. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: estudos e**

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

proposições. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? — São Paulo: Moderna, 2006. — (Coleção cotidiano escolar)

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ODOM, S. L., et al**. Inclusão na educação infantil: O que sabemos e para onde vamos a partir daqui**. Temas em Educação Especial na Primeira Infância, 23 (1), 20-27. 2003.

OLIVEIRA, Patrícia F. P. **A relação entre as práticas informais de aprendizagem musical e os conteúdos da disciplina de percepção musical**: uma proposta pedagógica baseada na Teoria do Engajamento Musical Transformativo. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2023.

PACHECO, J. A. **Curriculum Studies**: what is the Field today?. Journal of The American Association for the Advancement of Curriculum Studies, [S.l], v. 8, n. 1. p. 1-25, 2012.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU EDUR, 2010.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa. O desafio paradigmático.** In: SANTOS FILHO, José Camilo dos.; GAMBOA, Silvio Sanchez (Orgs.). **Pesquisa educacional:** quantidade – qualidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SMITH, T. (2008). **Intervenção precoce para o autismo**. In J. Matson (Ed.), **Avaliação clínica e intervenção para transtornos do espectro autista**. Amsterdã: Elsevier.

SCHMITZ, Maria Bernadete May. **A importância da autoestima no contexto familiar, social e escolar.** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?Q=cache:3Ipb9WXPr9YJ:www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000026/0000 2616.pdf+&cd=6&hl=pt-BR&c t=clnk&gl=br>. Acesso em: 29 abr. 2017.

VYGOTSKI, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos**

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 01/11/2025 - **Accepted:** 12/11/2025
Vol: 20.02
DOI: 10.61164/ersrvz56
Pages: 1-24

processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes. 1991.